

Itália: laboratório político de lutas sociais e da cultura participativa da sociedade civil

Marilou Manzini-Covre*

Resumo:

Este artigo examina a experiência política italiana sobre as formas participação institucional e não institucional, tendo como referência os anos 70 — “a base do laboratório político da democracia italiana” —, suscitando questões que daí podem ser extraídas para o caso brasileiro.

O presente artigo discorre mais sobre a cultura participativa da sociedade civil e é parte do texto *Fragmentos de uma cidadania*.¹ Sobre o conceito de Sociedade Civil, SC, delineamos alguns pontos. O uso, no texto, de SC mais vinculado às organizações *dal basso* é feito como uma hipótese. É difícil ter um delineamento deste conceito contemporaneamente. Ele passa pelo conceito gramsciano, mas não se identifica plenamente com ele. Pode-se pensar ainda a SC como uma expressão da população que tende a se aglutinar em uma “esquerda”, quer seja uma ala política que tem preocupação com a melhoria social. Ficamos com uma aproximação do conceito na definição de Canclini (1995), que também adota de outros autores, quando denomina SC como a esfera íntima (especialmente a família), a esfera das associações (especialmente as voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação.

Há o intuito, no presente texto, de que se possa apropriar-se da experiência italiana para ajudar a pensar aspectos das políticas municipais no Brasil. Assim, utilizamos a idéia de laboratório político no sentido que as experiências italianas na construção do seu Estado social — apesar de todas as dificuldades que enfrenta hoje, decorrente grandemente das modificações internacionais, mantém uma base relativamente sólida conquistada pelas lutas e cultura da sociedade civil — possam ser apropriadas inventivamente por países

*Marilou Manzini-Covre. Livre-docente pela USP, docente também da PUC, autora de vários textos, dentre os quais *A fala dos homens e No caminho de Hermes e Sherazade*.

1. Tese de Livre Docência, USP, 1994. No presente artigo, usaremos *FC* como referência abreviada deste texto. Sobre participação na política institucional, veja o capítulo 3 da mencionada tese.

como o Brasil, que não conseguiram erigir um Estado social no sentido global. Se o Brasil teve (ou tem) um Estado social não é uma discussão que cabe aqui. Contudo, ressaltamos que este Estado social vem se desenvolvendo fragmentariamente em alguns municípios brasileiros e que as reflexões aqui entabuladas podem fomentar e/ou compartilhar essas experiências.

O laboratório político italiano pode ser caracterizado no cruzamento entre o que se pode chamar de cultura participativa institucional (que se assenta na democracia representativa oficial) e a cultura participativa da sociedade civil que inclui os movimentos sociais, o movimento *dal basso*, as organizações espontâneas, a política do cotidiano, a política do local (região, *paese*, bairro), que permite a democracia direta. Poderíamos ter a sociedade civil como a rede de organizações que tende a representar os interesses *dal basso*. Vale ter em conta, para pensar esse laboratório político, os vários fenômenos e processos específicos que distinguem a sociedade italiana; desde o tipo processual do sindicato, aspectos da cultura do feminino que podem reger as políticas sociais locais,² participação espontânea de iniciativa social de grande parcela dos cidadãos italianos, a particularidade do PCI etc. Em 1987, quando colhemos os dados na Itália que serviriam de suporte para o texto FC, os partidos PCI (Partido Comunista Italiano), PSI (Partido Socialista Italiano) e DCI (Democracia Cristã Italiana) ainda não tinham mudado de sigla. Optei neste texto por designá-los pelas siglas originais.

Com a instauração da Nova República em 1993, a “implosão” de todos estes partidos ficou mais clara. Compôs-se uma nova “direita” de vários partidos em que se pode destacar a Aliança Nacional (de teor neofascista) e a Força Itália (liderado por Berlusconi). Na “esquerda”, há predominância do ex-PCI, agora PDS — Partido Democrático de Esquerda (em português) —, e sua pequena parcela dissidente que compôs o Partido de Refundação Comunista. Sobre as causas da “implosão” do PCI poderíamos dizer brevemente ser relativa tanto a causas externas como a causas internas. As causas externas têm a ver com a queda do muro, a queda do chamado socialismo do leste e, concomitantemente, a queda do paradigma de um marxismo. As causas internas têm seu vínculo orgânico com o exterior, nas dificuldades e embates no interior do partido no caminho de reinventar “outra” esquerda. E isto tudo se dando no contexto político italiano que vinha se saturando do modelo partidário inaugurado no pós-guerra (1945), com a agudização das contradições nos últimos anos do governo Craxi, um governo

2. Sobre o processo sindical e cultura do feminino, veja capítulos 1 e 2, respectivamente, de FC.

“socialista” de alto teor neoliberal e com alto nível de corrupção. Nestes últimos anos, o PCI não conseguiria mais, ao nível nacional, dar conta da sua função de ser oposição, o que havia feito magnificamente em décadas anteriores. Este partido foi (e ainda o é, regionalmente), junto com a atuação do cidadão italiano, o instrumento que deu o impulso e ao mesmo tempo foi o amalgamador deste laboratório democrático.

Tal laboratório político é marcado por uma forte tradição democrática com marco histórico e político na intensa luta contra o fascismo, particularmente na Região Emilia Romagna, na qual a esquerda comunista se fez presente e persistiu desde 1945 até aos nossos dias. O peso da particularidade do PCI, sempre em contraposição à DCI, criou (e continua criando regionalmente), ao nosso ver, pelas informações coletadas, a dinâmica desse laboratório democrático.

O PCI, pela competência prática enquanto oposição, conseguiu e ainda consegue, regionalmente, manter e crescer direitos para a população trabalhadora.³ Ao mesmo tempo, em si mesmo, é um partido comunista tido como “reformista” diante do quadro internacional dos Partidos Comunistas — na medida em que buscou um dito então socialismo diferente, avesso ao que havia no socialismo real, bem como se posicionou relativamente avesso às propostas da social-democracia, tais como as que foram instauradas na maioria dos países europeus.

A base do laboratório político da democracia italiana se faz primordialmente nos anos 70 (1968-1979, aproximadamente), isto é, nos dez anos do “68 italiano” e suas preciosas conquistas econômicas, sociais, em que reiteramos a da autonomia das regiões, pois em cada um dos *paese* encontraremos, ainda hoje, um *locus* possível para a democracia direta e representativa por excelência. Foram nestes anos que se erigiu o Estado social italiano, que se fez com retardo, mas de forma *sui generis*, desde o seu início. Enquanto o movimento de 1968 durou alguns meses na França, um ano na Alemanha, na Itália o movimento estudantil de 68 enganchou no movimento operário, as demandas das mulheres da classe média cruzaram e se transfiguraram nas demandas das mulheres trabalhadoras, mesmo das fábricas, e o processo desencadeou-se no processo de dez anos revolucionários.

No período revolucionário, a intensa participação dos componentes da sociedade civil, — a classe operária, os estudantes, as mulheres e os intelectuais, enfim, cidadãos que se fizeram cidadãos “superiores” envolveram-se em instituições com *ethos*

3. Veja capítulo I de *FC* sobre os anos 70 analisados e a aliança CGIL e PCI.

revolucionário que se entrecruza com a atuação do PCI. E se destaque como aquele partido que fez a contínua oposição, bem como aquele que participou brevemente do governo, em propostas originais. Todos esses processos criam, ao nosso ver, uma figuração de trama política muito específica.

Creio que podemos acenar com uma relação entre os traços do quadro da política italiana com a figura da Multiplicidade calviniana,⁴ quando se intui as inúmeras ramificações entre o sistema formal e o sistema informal de participação política que se alimenta particularmente da riqueza do segundo sistema. É também possível relacioná-lo a outra imagem aventada ainda por Calvino, a da Visibilidade, ou seja, a de “ler por cima das figuras, com o fundo branco”, como imagens a serem criadas, pois os italianos vêm inventando possibilidades de inúmeros caminhos.

Neste período revolucionário tivemos a “rede” que cortou efetivamente os vários planos da participação política: as redes dos cidadãos, a das instituições, a do partidos. Nesta rede podemos pinçar uma situação chave, a DCI teve de “conceder” as reivindicações destes anos 70, porque a sua central sindical — a católica — (quer dizer as pessoas, os cidadãos), acaba por seguir prerrogativas que emergiam do sindicalismo comunista, bem como precisou ceder a pressões do PCI, em termos de despesas públicas. A “base” conseguia pressionar e se impor ao poder dos partidos!⁵

Vamos nos deter agora, mais especificamente, sobre alguns mecanismos e organizações desta “rede” que se inspiram e ao mesmo tempo recriam a cultura participativa da sociedade civil.

O tutti in piazza

Este é um comportamento tradicional da sociedade civil italiana que se deflagra a partir da rede de organizações, compondo um forte mecanismo de pressão popular. E este se fará sentir, por exemplo, em meados de 1994, quando Berlusconi emite um decreto contra a Operação Mãos Limpas em que o presidente de direita, pressionado, teve de retroceder. Voltaremos a isso, mas antes vamos retroceder para a década de 70.

Consideramos ser esclarecedor da época o depoimento, dado em 1987, a um semanário, pela americana Carole Tarantelli, já ativista nos Estados Unidos, nos anos 60, das manifestações pelos direitos civis e contra a guerra do Vietnã, a qual chega à Itália justamente na década de 70: “Cheguei à Itália nos anos *caldi*, imediatamente fui surpreendida, na Itália, pela cultura do *scendere in piazza*, os grandes

4. Veja Calvino, cap. I.

5. Veja mais sobre isto no capítulo 3 de FC.

cortejos de manifestação operária e de movimento feminino. Começava a me orientar na vida cultural e política italiana. Continuava a fascinar-me com um outro aspecto da riqueza política expressa nas manifestações: a amplitude e o pluralismo do debate político. Na Itália se raciocinava sobre a política, se analisava a política meridional, italiana, soviética e americana. Na televisão, no rádio, havia mesmo quem criticava de modo radical o sistema italiano. Nos jornais se protestava contra as condições nocivas de certas fábricas. Este pluralismo, vivido também com os anos de terrorismo, clima de emergência e leis para combatê-lo. Mas assim mesmo não foram desvirtuados os direitos dos indivíduos em nome de uma necessária batalha coletiva. E talvez, por isso mesmo, o compromisso da esquerda, em direção a instituições de um lado, e em direção ao pluralismo e salvaguarda do indivíduo, de outro, foi uma das razões pelas quais a cultura do direito da democracia teve direção firme nesses terríveis anos. É verdade que havia muitas lacunas nesta pluralidade de vozes e representação. Mas a esquerda soube desempenhar equilibradamente seu papel fundamental para tornar a Itália um país onde a democracia, que quer dizer pluralismo, ainda que imperfeita, é talvez menos imperfeita que em outros lugares" (*Fatti, 1987*).

Embora viva-se hoje outro momento que não traz aquela mesma intensidade dos anos do *autunno caldo*, os italianos continuam a atuar no modo *tutti in piazza*. Basta observar o elenco de passeatas pela paz (entre 1981 a 1986 foram feitas cinco, entre as quais destaco uma de Roma, com 500.000 pessoas), pela defesa do meio ambiente, pelo desarmamento nuclear e ainda a mobilização que se mostra nas inúmeras greves, nas lutas pelas reformas das políticas públicas, nas reformas institucionais e nas lutas pelas reformas financeiras etc.

Contudo, essa "rede" entre o cidadão, seus movimentos e suas associações, que comporia a sociedade civil (SC) e as instituições políticas e partidos, não tem aquele mesmo trânsito de um para outro, como ocorreu nos anos 70. Muitos são os motivos, entre os quais podemos lembrar: o período compreendido entre os anos 80 e 90 caracteriza-se pela profunda influência do neoliberalismo (de caráter mundial). O carro da política oficial puxado por Craxi no governo de centro-esquerda, de orientação neoliberal, não tem, todavia, o caráter deletério para as políticas sociais que teve em outros países. Mas, e principalmente, a partir de 1980, com maior desenvolvimento econômico (poderíamos dizer que com maior controle da Fiat sobre os trabalhadores, com a queda da *scala*

mobile, o capital lucra mais), se avança no processo de corrupção e da ligação com poderes e negócios "ocultos" que acaba por transbordar, agora recentemente, e amplamente divulgado na imprensa, com a luta contra a corrupção e o crime organizado, e com a crise política que redundou em mudanças radicais ao nível do sistema político nacional de governo.

De tal modo que ao se falar de participação política mais oficial, a do partido, e participação e cultura política mais da sociedade civil, acaba por ser não só uma divisão analítica, mas de certo modo também estrutural, contemporaneamente. Contudo, a base democrática desenvolvida e decantada pelas participações políticas da SC no período revolucionário, não só alcançaram realizações concretas que estão na própria existência do *Welfare State* italiano como, mesmo com os retrocessos da década de 90, o aprendizado político, o exercício da cidadania nos anos revolucionários (68 a 79) deixou fortes raízes, penetrando fundo na vida cotidiana dos italianos.

Vale destacarmos a força, ainda hoje, do *tutti in piazza*. Em 1994, no sistema político oficial, tem-se um magnata da comunicação, Berlusconi, a liderar um governo de direita pela primeira vez após as guerras. Contudo, dentro talvez do que Pasquino assinala de que cabe na democracia a chance de errar para poder corrigir, a democracia italiana, pela sua força o comporta e ainda nos leva a pensar que mesmo com um governo central de direita, na Itália, pela sua tradição democrática, o laboratório político avança para o aperfeiçoamento democrático, pois ainda existe toda essa cultura construída anteriormente e a autonomia das regiões. Mas ainda retomemos, neste sentido, o fato acenado acima sobre a pressão sobre Berlusconi em junho de 1994 através do *tutti in piazza*. Se democraticamente os italianos elegeram Berlusconi, democraticamente não aceitam decretos. O decreto que Berlusconi lançou contra o grupo de juizes da Operação Mãos Limpas deixou grande parte da população italiana perplexa. É o que nos conta uma alta funcionária da cidade de Parma, na Emilia Romagna. E diz que não sabendo o que fazer, pensaram em ao menos fazer um protesto, quer seja irem todos para a praça ou o *tutti in piazza*. Acontece que não foi só Parma (pensemos aqui as organizações de sua sociedade civil) que ficou indignada e decidiu ir protestar, mas um número imenso de cidades da Itália entrou no mesmo processo. Isto criou uma enorme pressão e força no ambiente governamental para fazer o primeiro ministro retroceder. Foi a primeira derrota de Berlusconi, que mais a frente perderia o governo. No plano da

indignação das pessoas, ao rumo da rede de organizações, os locais conseguem pressionar um governo central de direita.

Fatos como este nos faz recordar Deaglio (1983) quando indica como o aprendizado dos anos 70 vai ao nível da modificação na forma das pessoas sentirem, pensarem. Assinala o autor que os processos inovadores que se criaram nesta época (nas organizações várias, nos sindicatos, na empresa informal, na gestão da escola, do hospital, do bairro, da prefeitura, das associações espontâneas) advinham não da estrutura das organizações, mas de uma inovação no comportamento das pessoas, dos cidadãos.

Poderíamos dizer que os italianos realizaram nesta época, extraordinariamente, a proposta de Habermas, sobre o vínculo, ou seja, o escoamento entre o modo de vida e o sistema, ou entre o público e o privado, para além das limitações da teoria habermasiana. Vale a pena determo-nos brevemente em Habermas para se perceber como os italianos foram além do que supõe a teoria habermasiana. Isto enseja a possibilidade de debater um dos teóricos contemporâneos no âmbito do debate de paradigmas.

Habermas (1986) critica a racionalidade instrumental weberiana por ser esta reducionista e por não dar conta do desenvolvimento da modernidade. Nesse sentido, Habermas nos ensina que a realidade do mundo, da vida mostra a presença de potencialidades diversas, para além da razão instrumental. Ademais, Habermas ao se contrapor à racionalidade instrumental sugere uma racionalidade dialógica, que não tem por suporte a eficiência e a estratégia movida por interesses egoísticos, mas a solidariedade e a cooperação recíproca. Diríamos que, para além de Habermas, esta racionalidade a qual inclui a solidariedade pode ter, por exemplo, a finalidade de servir a fins explícitos como o dos excluídos. Distintamente do autor, atenhamo-nos às mudanças de valores na dependência de uma dinâmica na consciência dos sujeitos em construção.

Esta racionalidade se caracteriza também por se opor àquela do Sistema, relativa a adequações meios e fins, sem que se saiba a que fins serve, característica da racionalidade instrumental, ou modernamente, da razão tecnocrática (Manzini-Covre, 1994). Partindo desta ótica, e para além de Habermas, visualizamos essa razão que pode acenar para a "utopia".

O paradigma habermasiano da razão comunicativa, que orienta a troca entre o sistema social e o mundo da vida, fica comprometido, no que estamos concordando, de certo modo, com Crespi (1987) pela "escolha em favorecer um paradigma de um tipo estrutural da racionalidade comunicativa compreendida, não como processo da

consciência, mas como melhor médium de reprodução simbólica do mundo vital". E, ainda, argumenta este autor "assumindo como base a estrutura da interação simbólica da regra universal e imprescindível da comunicação (...)". Habermas entende ter encontrado um fundamento positivo da racionalidade que lhe permite evitar, seja o perigo do subjetivismo transcendental da metafísica clássica, seja aquele do objetivismo histórico. O preço que Habermas deve pagar por tal solução alternativa é muito alto: a renúncia da dimensão da consciência, de fato, torna impossível qualquer reconhecimento do limite da ordem simbólica e de fato leva a estabelecer uma identidade sobre o agir e o sentido, entre o agir e a linguagem, comprometendo gravemente a possibilidade de compreender as contradições próprias da experiência prática e da dinâmica social. Enfim, reitera o autor, "o recurso do paradigma da consciência (...) compromete a possibilidade de manter a diferença entre o agir e o comunicado"(Crespi, 1987). Ainda concordamos com Giddens (1991) quando assinala que o aspecto novo advém não só do mundo da vida, mas que há certa autonomia nas organizações abstratas, portanto, no âmbito da razão instrumental que também permite inovações. E, neste nível de raciocínio, recai-se na observação feita com Deaglio, recai-se na nossa ênfase de que as mudanças dependem sim do âmbito sistêmico ou do mundo da vida, mas passam primordialmente pela inventividade das pessoas, dos agentes sociais de quaisquer meios sociais. Inventividade que avança em termos de construção social se tem por inspiração o que passei a nomear de cultura do feminino⁶ que dentre seus vários caracteres está o de estar no âmbito de "síntese" entre a cultura civilizatória e a cultura advinda do mundo da vida ou de caráter comunitário.

Assim, a utilização da nomenclatura habermasiana para a situação italiana que estamos analisando, pode ter uma conotação toda própria e vai além de uma racionalidade comunicativa (que pressupõe uma paridade, uma competência, uma relação de iguais). Se Habermas desloca o sujeito do âmbito da produção para o da comunicação como fica a questão de emancipação social para países, regiões onde se têm os caracteres necessários da ação comunicativa? Vale ressaltarmos que se não é possível abrigadamente esse diálogo e uso da razão equitativa, podemos referi-lo a formas fragmentárias. Mas o importante é que se possa acrescentar ao diálogo respectivas práticas sociais. E isto passa pela presença de veios culturais em conflito, ou seja, de uma cultura que possa levar em conta os despojos culturais dos vencidos, como já se tem com Walter Benjamin (1985). E isso tudo pode emergir nos

6. Ver, neste sentido, capítulo 3 de *No caminho de Hermes e Sherazade*, 1996.

sujeitos, ainda que em Constituição. Entendemos que os italianos fizeram, sim, uma revolução de "consciência", de comportamento que deu numa cultura diferente e por isso também subjaz uma proposta de socialismo diferente, que poderia se dizer hoje de democracia diferente.

Criaram diversas formas de democracia direta: conselhos de fábricas, gestões das políticas sociais, as cooperativas, as inúmeras organizações espontâneas e autônomas, com certo poder de decisão, como por exemplo o movimento voluntariado e o das mulheres. E ainda é uma cultura do conflito, em que se está pronto para debater, criticar. O paradigma habermasiano da razão comunicativa aqui pode ser útil, quando se busca a paridade, por exemplo, no Conselho de Fábrica, no diálogo com os empresários ou a das mulheres diante do mundo masculino. Mas é um diálogo que pressupõe uma prática relacionada ao avanço de direitos e deveres. O observador apressado ao deparar-se com aspectos da cultura "popular" italiana que "a tudo critica", pode se equivocar interpretando o "tudo vai mal" que às vezes assinalam. É melhor tomá-lo seja pontualmente, seja como hábito de crítica porque olhando mais atentamente, e da perspectiva dos italianos mesmos, depara-se, geralmente, no mesmo discurso a frase *mi trovo bene in Itàlia*.

Encontramos, principalmente na Emilia Romagna, entre os anos de 1987 a 1993, cidadãos que se sentem realmente coadjuvantes do processo social que está em percurso. Sobre o avanço de complexidade na sociedade, e particularmente na sociedade italiana, é pertinente deter-se na inquietação de Pasquino (1985) ao indagar se é possível "ainda representar uma sociedade completamente atual, a que se pode afirmar que sob certas condições estruturais, sim, a representatividade em uma sociedade complexa é possível, mas sobretudo cogitando quais mecanismos e quais dispositivos em que a redução da totalidade (...) seja decidida pelos cidadãos eleitores, em múltiplos grupos, em múltiplas formas, com múltiplos instrumentos, todos reversíveis, todos controláveis, todos passíveis à verificação eleitoral. Nesta condição, a sociedade complexa total não só pode ser representada, mas permite mesmo ser governada. *A governar-se*"(grifo meu).

Parece-nos que a concepção de Pasquino (1985), da possibilidade de fazer representar-se uma sociedade complexa contemporânea, indica que poderia nomear de "rede" do autogovernar-se, pelas formas de participação (e que pode espelhar-se na imagem de Calvino da Multiplicidade como rede),

o que nos remete para a Itália, ainda que mais esgarçadamente nos dias atuais.

Traduzimos essa "rede" não tanto da perspectiva do esquema formal de participação (em que hoje cabe ainda mais discutir), mas pelo quadro de participação política nos pequenos *paese*, nos locais, no cotidiano, regendo as políticas sociais locais, o bem-estar local do cidadão, enfim, na perspectiva da SC.

A apropriação da Constituição italiana nas práticas sociais do cotidiano e do poder local

Ao apreender aspectos da cultura e da prática da participação política no nível da Sociedade Civil, vale a pena deter-se, brevemente, sobre aspectos da Constituição italiana. É nela que se encontra o respaldo instrumental para essa qualidade de participação italiana. E, ainda, vale perceber que na Constituição estão sedimentadas muitas lutas, pois, particularmente, esta Constituição sofreu imensa legislação nos anos 70. Ademais, deve estar viva porque os cidadãos italianos sempre a mencionam e argumentam através dela. Há uma certa apropriação de sua Lei maior, que poderia servir de exemplo ao mundo, em particular, ao Brasil.

Pasquino (1987) afirma que os constituintes souberam tornar *forte a ligação entre direito e dever do cidadão*, pois a Constituição prescreve escolhas explicitamente não liberais, ou neoliberais mas sim de modelos para igualdade, possibilidade, paridade, dignidade e participação efetiva. Além de vincular tudo isso à responsabilidade dos cidadãos próprios, possibilita fazê-los portadores da ética necessária para fundar mais solidamente os seus próprios interesses. Pasquino nos lembra que este é o sentido forte pelo qual a Constituição poderá ser lida não apenas como um manual de reivindicação de eleitores. Mas que para a construção social todos são responsáveis e devem traduzi-lo em comportamento, em escolha política. Este autor destaca, ainda, passagens cruciais da Lei: o artigo 1 (a Itália é uma república democrática assentada sobre o trabalho); artigo 4 (a república reconhece a todos os cidadãos o direito ao trabalho e promove condições que tornem efetivo esse direito). Cada cidadão tem o dever de desenvolver, segundo suas próprias possibilidades de escolha, uma atividade ou função que concorra ao programa material e cultural da sociedade; e artigo 3 (reconhecimento da paridade e dignidade social "em todos os cidadãos"). Refere-se à democracia que dê a cada cidadão, em grau de contribuir ativamente para a vida política da comunidade, condição de poder dar conta de que "os direitos constituem a

promessa indispensável para assegurar a todos os cidadãos o gozo efetivo da liberdade política” (Pasquino, 1987).

Ao se deter sobre a análise da participação política da SC, é interessante perceber que ela pode se inserir também no espaço deixado pelo partido. Há que se retrucar sobre a idéia de que quando se fala em diminuição na participação de partidos isso possa significar diminuição de participação. Diz Pasquino (1987) que se trata de ver que há muitos espaços de participação política a serem usados — a partir do grau de insatisfação suscitado pela política tradicional (partidos e sindicatos) — e se referem a âmbitos de gestão da escola, do movimento pelo ambiente, pela paz, pela ação antinuclear etc.

O autor indica várias formas de participação política, não convencionais, desde escrever em muros, greves espontâneas, não pagar as dívidas, as taxas, bloquear o tráfego, ocupar casas alugadas, ocupar fábricas, efetuar bloqueio de ruas, que fazem parte também dessa participação da SC. Pasquino argumenta ainda que a participação dos indivíduos não se dá só por motivação de vantagem material, mas por uma pluralidade de motivações e mesmo de caráter ideal, em solidariedade com outros, o que vem ao encontro do que se falou acima, da racionalidade oriunda do modo de vida. Todavia, explicita ainda o autor, nenhuma análise da participação política pode prescindir de avaliar os resultados concretos. E conclui que a participação política parece ser a seiva que consente em cruzar e consolidar os processos democráticos e cabe a todos os cidadãos (participantes) igualmente mas, que no futuro, a participação poderá ser menos ordenada, menos convencional e mais sujeita à explosão improvisada.

Uma forma de participação que cabe aqui destacar é a relativa à especificidade do movimento de mulheres. É interessante poder situá-la naquele âmbito da cultura do feminino como o respaldo do avanço para uma sociedade melhor desde que ela parece indicar uma prática social do cotidiano perpassada pela pressa-vagarosa.⁷ Recobremos duas frases retiradas de documentos feitos por elas que, ao nosso ver, expressam essa visão. Uma delas é “olhar longe e agir no cotidiano” e a outra “queremos que o novo que surge em nossa vida invada a política”. Na entrevista feita com Pasquino, ele fala sobre estas mulheres e nos concede mais um respaldo para persistir nessa apreensão: “existem grupos de mulheres que renovam e reproduzem a nova esquerda de um modo diferente de ver a política. São grupos dispersos, que atuam em diferentes espaços, não unificados entre eles. São mulheres do PCI, do Partido Verde, do Manifesto etc.”

7. Veja, neste sentido, o capítulo 2 de *FC*.

Isso vem ao encontro da premissa da visão do feminino que venho ventilando, ou seja, ela não está vinculada a um partido, mas advém de um modo de vida "feminino", o que não significa identificação disto à mulher.

Analisamos, em outro texto,⁸ essa visão do feminino nas relações de trabalho na fábrica, na expressão das mulheres de sindicato e partido. Aqui, Pasquino indica âmbitos de participação para além do institucional. Fala, por exemplo, de uma revista intitulada *Memória*, de um grupo de mulheres de Bolonha que discute política sem vínculo a nenhum partido. É um grupo, quase em discussão cultural dos problemas e que encontra não uma, mas duas, três soluções com condições alternativas para estes problemas. É um estímulo a discutir abertamente fora do partido, do governo, das estruturas de poder.

Um fato que reforça a atividade da SC no âmbito local e pode vir lhe dar força a âmbito nacional é o relativo ao controle das finanças locais. Em 1988, indagava a Pasquino se havia alguma forma de o trabalhador controlar a finança pública. Ele respondeu que "o trabalhador não poderia controlar as finanças, pois quem controla as finanças públicas é o Parlamento. Há duas comissões: uma de balanço e outra de finanças. Parece que partido nenhum controla as finanças públicas, mesmo o governo não sabe bem o que acontece na dinâmica no mercado italiano. *Os trabalhadores só podem controlar na medida em que controlem os partidos e os façam funcionar. E é no âmbito local que se pode fazer constantemente esse controle nos bairros, prefeituras e mais amplamente por representações via referendo*"(grifos meus).

Tocando no tema do *referendo* observemos como ele é uma forma mais global da democracia direta, e que realmente tem vigência na Itália. Ele é nitidamente uma expressão da população para se autogovernar, não só de iniciativa governamental, mas que pode emergir dos movimentos sociais, das agremiações dos próprios cidadãos, enfim da iniciativa social. Em um documento do PCI (1987) encontramos a proposta de reforçar o dispositivo do referendo e outros mecanismos de iniciativa popular nas regiões. Registremos as várias reformas necessárias para a democracia das regiões e, dentre elas, a valorização dos instrumentos da democracia direta, de iniciativa popular, de referendo construtivo e propositivo, apoio ao voluntariado etc. Encontramos esclarecimento em Barbera (*I Fatti*, 1987) sobre o referendo propositivo ao fazer uma crítica na qual observa que todos os referendos são apenas para dizer se aceitam ou não uma determinada matéria e que é proposto pelo

8. *Idem*.

PCI alargar o instrumento de democracia direta à disposição dos cidadãos, introduzindo o referendo propositivo em que a SC possa propor soluções legislativas e reconduzi-las, via o referendo, aos ditames da constituinte.

Ainda vale ter em mente a qualidade de autonomia dos locais, que estamos sempre indicando. Um exemplo ilustrativo é o que sucede na Emilia Romagna e na cidade de Bolonha, quanto à autonomia política dos bairros. Como já se sabe o governo da região é exercido pelo PCI (com suas parcerias). No entanto, os bairros mais ricos são administrados por outro partido, como por exemplo o MSI (fascista).⁹ Isto também nos dá um parâmetro da democracia italiana, que não só já mantinha legalizado o partido fascista, como ele era, e é, interlocutor na gestão regional, por reger determinados bairros (tenhamos em conta que são dados de 1987).

Nessa direção detenhamo-nos, um pouco, a discutir sobre a participação da SC em âmbito local, a relação da SC e o PCI. Alijado do poder central, o PCI continua a fazer parte dos governos locais e a se empenhar por eles. Se não havia alternância no plano nacional, pôde sempre havê-la no plano local. E nesta luta parece que deve persistir, pois são os próprios cidadãos/entrevistados que o estimulam, como se pretende expor a seguir. Cabe ao PCI fazer parte desta "rede", combina mais com ela, porque foi o partido que lutou por essa autonomia, portador, de certo modo, da cultura dos anos 70.

O governo de Craxi procurou desestruturar o sistema legal que compõe a autonomia das regiões no que se refere à autonomia financeira do ambiente, do transporte e da saúde. Ainda procurou criar um progressivo processo de centralização. Conforme enfatiza o semanário *I Fatti* (1987), os locais que contam com o apoio do PCI de alguma forma vem contendo os efeitos negativos da imposição centralística do governo.

Recobramos, dos dados analisados na relação, o encaminhar das políticas sociais e a participação da SC através dos movimentos sociais e da rede organizacional, em que enfatizamos que tais processos podem ser considerados como a seiva democrática que escoia para as instituições e partidos políticos. Pode-se refletir sobre a importância desse processo nas regiões, o exercício contínuo dos direitos políticos e o papel importante desempenhado pelo PCI neste processo de conquista de direitos e de manutenção de participação viva.

Podemos perceber que os depoimentos caminham neste sentido, ou seja, onde o PCI atua observamos maior democracia. Iniciamos com o ilustre politicólogo bolonhês (e duas vezes senador

9. Apesar da Constituição italiana vetar formalmente a divulgação do ideário fascista.

da Republica) Gianfranco Pasquino, cujo depoimento assinala que “todas as sondagens de opinião reconhecem que a esquerda faz mais pelo aumento de empregos do que os neoconservadores, lhe conferindo, a princípio, um ponto favorável, mas ao mesmo tempo, uma considerável maioria dos cidadãos não estão afeitos ou dispostos a reconhecer na esquerda a boa capacidade de administrar os aparatos estatais”.

Vejamos outro depoimento de teor semelhante de intelectual de Palermo, Humberto Santini: “Há iniciativas dos Centros Sociais de Palermo da SC para melhorar a escola, a ancianidade, os espaços coletivos para jovens, etc. O que é diferente em Bolonha e Milão, onde a prefeitura providencia uma série de serviços (cidades que têm PCI na direção ou onde o PCI é forte)”.

Sobre a participação no partido no âmbito local e o caráter democrático ou autoritário desta relação entre militantes e a cúpula, atentemo-nos ao que diz um jovem de Palermo, assinalando haver mais democracia no interior do PCI, mesmo na Sicília. Diz que militou um tempo no PCI e, depois, em busca de emprego, trabalhou na DCI. Na comparação entre os dois ambientes diz que no PCI se discutia e se votava e na DCI a relação era mais autoritária.

Debruçando-se especialmente sobre o PCI e seu papel marcante para a cidade de Bolonha, depõe Pasquino: “Bolonha, em 1945, era uma região agrícola; em 1985 já era uma das regiões mais ricas da Itália, a terceira em renda. O PCI deu estabilidade ao poder político, capacidade de organizar e fazer crescer a pequena indústria, de incrementar a cultura, fazer turismo, produzir mudanças significativas. Isto é: o ponto da receita geral é governar bem. A Universidade de Bolonha é uma das maiores universidades do mundo. Do ponto de vista social, o PCI tem sido historicamente a única organização que promoveu os trabalhadores; e há trabalhadores operários que fizeram carreira e se tornaram políticos, personalidades públicas, mesmo parlamentares procurando a melhoria de condições. Nas zonas onde o PCI tem governado, em um período mais ou menos longo, a população se encontra hoje em condições muito melhores do que nas zonas governadas pela DCI. Esta é a comparação que se pode fazer”.

Interessando-nos em apreender algo mais sobre a racionalidade que rege o PCI, em sua particularidade em Bolonha, acabamos por provocar o politicólogo bolonhês ao idagá-lo sobre “até que ponto ela é também uma racionalidade capitalista?”. Ao que ele responde: “Há um capitalismo novo aqui, junto com a mercadoria, têm-se as cooperativas, parte que funciona mesmo pelo PCI, que mostra uma

racionalidade e modo diferente de produzir, distribuir os recursos, calcado mais na solidariedade, não tanto na competição. E, neste capitalismo, elaboram-se relações novas entre sociedade, economia e política. Na Emiglia não há capitalismo monopolístico, é zona de pequena e média empresa, embora com alta tecnologia. E provavelmente não existirá aqui esse capitalismo monopolístico”.

O papel dos movimentos sociais e das organizações *dal basso*

Continuando a delinear aspectos da participação política ao nível da SC, destaquemos os movimentos sociais (quer os tradicionais, quer os de cunho contemporâneo). Já se disse mesmo que a estrada moderna para a revolução está fundada na relação direta entre movimento social e instituições políticas (Pasquino, 1985). Para Melucci (1985), os movimentos sociais não são sujeitos em si. Eles têm o seu próprio circuito, e para tal devem ter espaços mediadores para se colocarem como expressão, espaços esses como a Universidade e os meios de comunicação. Ele diferencia o movimento social (na continuidade de reivindicação) com o seu momento mediador da expressão daquele, nas instituições onde vai se elaborar e satisfazer as demandas. Neste sentido, podemos entender melhor Ergas (1982) quando chama a atenção deste processo nos anos 70, na Itália. Uma vez satisfeitas as demandas, grande parte dos movimentos sociais se desmoronou internamente, assinala este autor.

A partir da argumentação de Ergas podemos compreender melhor o depoimento de um dos conselheiros de fábrica, que enquanto “operário histórico”, compara os anos 70 deste processo, com o atual momento, muito menos mobilizado: “Hoje vive-se da História, de 82 até hoje o povo é quase zero em capacidade de mobilização, diante de problemas da forte industrialização e entrada maior de tecnologia e da incapacidade da esquerda de encaminhar soluções O exercício da cidadania está nos movimentos. São os movimentos sociais a sua base crítica contínua”.

A pesquisa revela a ênfase dos depoimentos no papel dos movimentos, da SC e dos cidadãos italianos para determinadas lutas, para além dos partidos: “São os partidos que se afastam dos cidadãos, porque os cidadãos italianos, aqueles do ano 88, participaram em massa do movimento pela paz e pelo meio ambiente. A mobilização para desmantelar o programa nuclear na Sicília este ano e o referendo foi promovido pelo movimento e não pelo partido” (MS, sindicalista).

“Exatamente, democracia significa, essencialmente, governo popular *dal basso*, a forma que os vários extratos sociais são capazes de gestar e satisfazer suas próprias necessidades. Hoje, é esta a proposta *dal basso*: operários, camponeses se fizeram presentes. E ainda hoje temos movimentos interessantes pela paz, ecologia em vários lugares do mundo, mormente Alemanha, Itália, e que principalmente se fazem a partir *dal basso*. Hoje, na Itália, se fala muito em sociedade civil em contraposição ao quadro institucional, partido, etc, Fratura entre instituição e realidade (igual ao complexo de situações que vão se movendo organizando sem linha de continuidade para atender necessidade). Atualmente é interessante se soubermos viver a experiência das organizações *dal basso*, democracia *dal basso* não como projetos já completos mas pelo que são, tentativas que dão contato para a existência de um projeto geral” (Humberto Santini), (grifos meus).

O expresso acima, de uma contraposição entre o quadro político institucional e as lutas sociais de iniciativa social, é uma tônica importante para se reter que, ao nosso ver, apesar dos aspectos nocivos do neoliberalismo, ao nível local, ao nível das organizações continua-se num processo de pugnas sociais mais próximas da população que nelas vive. Outra idéia expressa no último depoimento sobre a incompletude, diríamos aspectos fragmentários, a ser vivida a partir das organizações *dal basso* na perseguição de um projeto social emancipatório a ser inventado.¹⁰

Sobre a luta social mais abrangente, quer seja a da persistência do planeta terra no universo, sobre a luta antinuclear, da precaução com o ambiente ante a ameaça dos riscos da sociedade moderna, tomemos o depoimento de Humberto Santini (que é um intelectual siciliano, e que vive esse temor contínuo, *sui generis*, da Sicília) a ser incorporado como explicação na relação que estabelece entre esta questão em sentido amplo, a revisão de paradigmas científicos, a crise social, o aceno de esperança que os movimentos *dal basso*, dos marginalizados trazem de renovação e como na Itália há uma certa abertura para esta renovação: “A democracia que vivemos é determinada por essa crise de fundo, crise da época, problema de modelos e paradigmas. Mito da ciência de homens destruírem o mundo contra a impotência de outros homens, por isso é importante o movimento *dal basso*, como o movimento pela paz, não só externo mas em nós (a própria pesquisa científica pode pôr fim no planeta). Problema inédito este do perigo da terra sob as usinas nucleares. O planeta está saturado de gente, onde alguns consomem muito e muitos são condenados a quase nada, veja hoje a Somália. Há uma

10. Veja, neste sentido, o capítulo 4 de *No Caminho de Hermes e Sherazade*.

intensidade de exploração das fontes da natureza. O planeta não é mais capaz de satisfazer as necessidades da faixa de população mais ampla, frente a isso o movimento ecologista representa uma tentativa de resposta. Não estou em grau de responder qual é o projeto alternativo de democracia, hoje em crise, mas creio que os modelos alternativos não nasçam de operação intelectual, de isolamento do mundo, deve-se ler esses movimentos, há necessidade de muita paciência e capacidade de autocrítica também. Aspectos do Marxismo hoje são arqueológicos. Muitos de nós estão prontos a construir novas hipóteses de trabalho, de salvar a capacidade de pensar, de intervir na realidade (...) Há impotência na Itália no controle dos mísseis. Ainda, o capitalismo induz à conformação, às drogas e à violência nas metrópoles. Fatores negativos que fazem uma vida absolutamente impossível. A maior parte das pessoas vive na TV. Mas há também uma capacidade notável de reação das pessoas. Na Itália há uma certa abertura interessante, o problema é dar corpo a todas as lutas dos vários extratos, os desocupados marginais, cidadãos marginais e desvalidos, luta essa que assume um peso nas tentativas de renovação. A dificuldade está em operar uma direção unitária. A crise do projeto geral não é só italiano”.

Vejamos a seguir uma instituição espontânea, o voluntariado, que não tem, no que pode apreender, um caráter caritativo, mas uma nova forma de fazer política.

O voluntariado: outra forma de luta social

A data de nascimento do voluntariado é aquela do terremoto de 80. Quando isso ocorreu, os centros estudantis de Roma chegaram ao local atingido pelo terremoto e começaram a ver a questão da água e proteger a população contra o cólera. Desse modo, o voluntariado, católico e laico, foi sobretudo um fenômeno espontâneo — “estamos defronte a um modo concreto de fazer política, de gerir problemas do território (velhos, deficientes, cárcere, tóxico dependente), nenhuma organização se contenta mais — eis o salto de qualidade — do que é suprido pela responsabilidade do estado. Desejamos construir diversas relações entre cidadãos e instituições para uma direta apropriação de espaços do poder e saber”(Marconi, *I Fatti*, 1987).

“Três milhões de cidadãos na Itália desenvolvem regularmente a atividade de voluntariado. E dizem que não são suplentes, quer dizer, superam o limite da ação caritativa ou da solidariedade de classe, se movem sobre as necessidades interrogando-se e operando sobre a causas que determinam a própria intervenção”(Petrucci, in *I Fatti*, 1987).

Esta forma de atuar do voluntariado lembra a proposta e prática de iniciativa social (Sai, 1986) como uma nova forma de construir o WS para além do Estado padrão.¹¹ Essa proposta é expressa por intelectuais entrevistados de forma diferente e por líderes sindicais, portanto, já faz parte da cultura italiana. E, também, remete à capacidade de usar a fórmula da “visibilidade” calviniana de “ler por cima das figuras existentes”. Em outras palavras, o sistema de seguridade social já conquistado, numa profunda consciência do exercício da cidadania (no seu conteúdo de direitos e deveres) opera também em possível reprogramação. O texto trabalhado a seguir sobre o voluntariado explana mais sobre essas relações.

11. Mario Sai está debatendo o caráter da política de saúde em Milão e a nova forma que possibilita um melhor atendimento do demandatário, dada a nova forma de gestão dessa política que tem alto cunho de iniciativa social. Contudo, a sua idéia de que deve se criar formas novas para pensar a formulação do Estado social, pode ser referida também à forma de fazer política do voluntariado.

12. Veja, neste sentido, a discussão sobre ser desejante como condição primeira para vir a ser ator social, no capítulo 4 de *No caminho de Hermes e Sherazade*.

Ascoli (1985) diz que “a ação voluntária vista como agir individual dotado de sentido livre e não mercantilizado aparece como um recurso fortemente presente e em expansão no âmbito dos países de capitalismo maduro”. Observa o autor que, “de um lado, há progressivo envolvimento público no financiamento das atividades das organizações voluntárias e, de outro, uma conduta operativa que sempre as qualifica mais como instrumento de políticas públicas. Falando da distinção entre público e privado, nas políticas sociais, aparece sempre menos fácil gerir as relações formais e organizativas destas políticas. E parece claro que por conservar espaços específicos e autônomos de ação, as organizações voluntárias possam contribuir a forjar, de modo substancial, a ação pública do sistema do WS como diverso e dotado de notável potencialidade porque atinge além do setor informal, a rede familiar e os grupos de mútua ajuda. A ação voluntária e atores informais necessitam, entretanto, de um quadro público redefinido que comporte a pluralidade dos sujeitos e de opção diferenciada no âmbito das políticas sociais. Na Itália, este processo parece estar tendo sucesso, embora demande maior pesquisa”.

O movimento do voluntariado tem um âmbito de ajuda também internacional, como o Movimento Laico para a América Latina — como parte da cooperação e voluntariado internacional em ajuda ao Terceiro Mundo, onde se configuram as Organizações não Governamentais — ONGs. Está inserido no processo da legislação italiana (Documento MIML, Verona).

Os dois últimos depoimentos escolhidos como representativos de uma visão de mundo, ao se inquirir sobre a concepção de vida, podem ser tidos como expressão subjetiva de um contexto objetivo de lutas sociais.¹² Fala do vínculo intrínseco entre indivíduo e o

coletivo, recaindo na solidariedade; trazem em seu bojo aspectos das lutas sociais e da cultura participativa da sociedade civil, que nos faz estar atentos a esse laboratório político italiano:

“Viver significa poder dar qualquer coisa a si próprio e aos outros; quando, onde, quanto alguém pode dar” (RB, sindicalista bolonhês).

“A vida tem a ver com um processo que se constrói que é muito delicado. Construção depende da gente e de todos (a todos, mesmo os adversários). Não penso em liberar-me do trabalho, se o trabalho me consome; a fuga é uma tentativa de jogar fora o problema, pode ser que me percebo e tope com outro problema, uma aproximação de que isso (..) de problemas, aproximação, solução”(MT, trabalhador especializado).

BIBLIOGRAFIA

ASCOLI, U.(1985). “Welfare state e azione volontaria”. *Stato e Mercato*, nº 13, Aprile, Il Mulino.

BENJAMIN, W.(1985). “Magia e técnica, arte e política”. *Obras escolhidas*, vol.1, São Paulo, Brasiliense.

CALVINO, I. (1988). *Lezioni americane*, Itália, Garzanti Editore.

Carta Itinerante.(1987). *Delle donne alle donne*. Documento do Pci.

CASCIO, Antonio e Puglisi, Anna (org.). (1986). *Con e contro. Le donne nell'organizzazione mafiosa e nella lotta antimafia*. Palermo, CSD/dossier 4.

CGIL (ed.). (1986). *Il rinnovo dei contratti*. CGIL Lombardia, março/abril.

CRESPI, Franco.(1987). “Strutture della comunicazione e azione sociale nell'último Habermas”. *Stato e Mercato*, nº 20, Bolonha, Il Mulino.

DEAGLIO, Mario e Giuseppe De Rita.(1983). *Il punto sull'Italia*. Milão, Arnoldo Mondadori.

ERGAS, Yasmine.(1982). “Allargamento della cittadinanza e governo del conflitto: le politiche sociali negli anni settanta en Italia”. *Stato e Mercato*, nº 6, Bolonha, Il Mulino.

GIDDENS, A.(1991). *As conquistas da modernidade*. São Paulo, Unesp.

HABERMAS, Jürgen (1987). *Teoria de la acciva comunicativa*. Madri, Taurus, versos castelhanos de Manoel Jimenez Redondo.

I FATTI. (1987). Roma, l'Unita, Suplemento ao nº 122 de l'Unita, 24 de maio.

MANZINI-COVRE, M.L.(1994). *Família, mulher e cidadania nova* (Um “finale” com Clarice Lispector, mimeo).

MANZINI-Covre, M.L. (1994). *Fragmentos de uma cidadania: um estudo da Itália para pensar o Brasil*, mimeo.

MANZINI-Covre, M. L.(1996). *No caminho de Hermes e Sherazade*, São Paulo, Vogal Editora,

MANZINI-Covre, M.L.(1994). *The social initiative: from non-citizenship to citizenship*, (mimeo).

MELUCCI, A. (1995). "Movimenti sociali negli anni '80: alla ricerca de un oggetto prodotto?". *Stato e Mercato*, nº 14, agosto.

PASQUINO, Gianfranco. (1985). *La complessità della política*, Roma-Bari, Latérza.

_____. (1987). *Una certa idea della sinistra*, Milão Presence/Feltrinelli.

_____. (1985). *Il partito comunista nel sistema político italiano*, Roma, Latérza.

_____. (1985). *Il sistema político italiano*, Roma, Latérza.

_____. (1988). "La política al posto di comando: la fonti del mutamento in Itália". *Polis II*, nº3, Il Mulino.

_____. (1983). "Partiti, società civile, istituzioni e il caso italiano". *Stato e Mercato*, nº 8. Bolonha, Il Mulino.

_____. (1987). *Una certa idea della sinistra*, Milão, Feltrinelli.

SAI, Mario. (1986). "Patto per il lavoro e ruolo dello stato". *Vita Sindicale Lombarda*, suplemento ao nº 2. Milão, CGIL.